



## **Intervenção sobre a Petição nº 13/2018 - ‘Salvaguardar as pessoas para salvar a vida e a história da Madragoa’, na Assembleia Municipal de Lisboa de 30 de Outubro de 2018**

Em primeiro lugar, “Os Verdes” desejam começar por saudar os peticionários por insistirem com o Município sobre a periclitante situação dos moradores e para a salvaguarda da própria vida e da história da Madragoa.

Como referem na petição, a identidade local, o sentido de comunidade e a vivência dos bairros têm vindo a descaracterizar-se em Lisboa, e não pelas melhores razões ou para benefício dos lisboetas. Dizem mesmo que se ressentem do sentimento de verem um bairro a ser despojado das pessoas que ali sempre viveram, e da dificuldade em pagar as novas rendas praticadas, fruto da ‘Lei Cristas’, por serem desajustadas dos seus salários e que os conduzem ao desespero e à depressão que experimentam.

Apontam ainda o seu desagrado à permissividade da CML perante o apertar do garrote imobiliário, associado quase sempre à vontade dos senhorios em tirarem proveito da procura turística, matando o tecido económico local, também pela eliminação do pequeno comércio.

Acontece que, de acordo com dados do recente “Estudo urbanístico do turismo em Lisboa”, vários bairros do centro histórico de Lisboa já ultrapassaram o limiar de 25% da habitação disponível afectada ao alojamento local, fasquia definida pela CML para travar a abertura de novas unidades de arrendamento de curta duração, onde Castelo, Alfama e Mouraria já atingiram os 29%, enquanto Bairro Alto e a própria Madragoa estão nos 27%.

Como só agora a CML terá sido forçada a reconhecer que o impacto maior do turismo é na ocupação de fogos que seriam para a população residente, mas que são subtraídos a esse universo habitacional para serem utilizados para outros fins, tal terá finalmente originado as recentes restrições anunciadas ao alojamento local.

No entanto, há ainda outras áreas da capital que já estão a alcançar aquele valor limite, como é o caso das Avenidas Almirante Reis, da Liberdade e da República.

Também por isso, as próprias Comissões recomendam agora à CML para que seja feito um levantamento e identificados “o património municipal existente no Bairro da Madragoa (e se) avalie a possibilidade de afectação deste a programas municipais de habitação a custos moderados”.

Estes despejos para mudança de funções dos imóveis vêm afectando tanto residentes como associações, como no recente caso da Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul, uma instituição privada de utilidade pública fundada em 1885, que se viu forçada a mudar das antigas instalações onde estava há 70 anos, na Madragoa, na Av. D. Carlos I, para a zona de São Bento, mas já na Freguesia da Misericórdia.

Com efeito, já há cerca de 3 anos os deputados da 7ª Comissão tiveram oportunidade de visitar e de se inteirar da ameaça que já então pairava sobre a continuidade desta



Sociedade, visto o prédio onde se encontrava instalada a sua sede ter na altura sido vendido, por 3,7 milhões €, a um investidor estrangeiro que não lhes renovou o contrato anual.

Já na altura, “Os Verdes” registavam a intensificação desta constante especulação imobiliária, para a qual a CML não denotava apresentar quaisquer níveis de preocupação. Pelo que estranhámos que o executivo tenha demorado tanto tempo a reagir, pondo em causa o direito ao usufruto da cidade e à habitação dos seus munícipes, esquecendo-se que o direito a uma habitação digna é um desígnio constitucional.

A CDU bem tem defendido, entre outras medidas, o agilizar do Programa Arrendamento a Custos Acessíveis, que prevê a selecção de terrenos e de imóveis para com eles construir uma oferta de fogos municipais a custos acessíveis para a generalidade da população, e entre os quais se sabe existirem diversos imóveis que são património municipal na Madragoa, que poderão vir a fazer parte dessa bolsa. Para tal, há que completar o trabalho de inventariação do património disperso pronto a ser reabilitado.

Mais, os últimos dados disponíveis revelam a existência, em toda a cidade, de cerca de 4 mil fogos que são património da CML, que não são reabilitados e se encontram desocupados.

Daí o agradecimento do GM de “Os Verdes” aos petiçãoários por permitirem trazer este tema a debate, para que sejam salvaguardados os residentes em Lisboa e, em particular, a própria vida e história da Madragoa.

**J. L. Sobreda Antunes**

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”